



XVIII ENANPUR
NATAL2019
27 a 31 maio

DE MUCAMBO À COMUNIDADE PESQUEIRA A história de uma Zeis a partir da compreensão existencial e simbólica do lugar

Autores:

Victor Montenegro de Lucena - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO -
victorxmontenegro@gmail.com

Julietta Vasconcelos Leite - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - julietaleite@gmail.com

Resumo:

Este trabalho busca uma interpretação sobre as transformações, ao longo da história da cidade, do imaginário urbano sobre uma Zeis do Recife, a Ilha de Deus. Pequena ilha situada em grande reserva de manguezal urbano, já figurou na grande mídia como um dos lugares mais perigosos da cidade, hoje urbanizada constitui-se como um pujante roteiro de turismo comunitário. Na primeira sessão apresentamos uma leitura sobre a história da Ilha, a passagem chegará aos dias atuais, onde uma importante organização do local vem realizando um interessante trabalho de “invenção” de uma identidade pesqueira no lugar. Na segunda seção situamos a partir de um pensamento existencialista a plasticidade que o conceito e a estrutura do lugar pode adquirir mediante a percepção e o desejo humano. Para em seguida promovermos um diálogo com o olhar antropológico sobre o tema. Quando veremos como esta disciplina vem se debruçando sobre o fenômeno urbano e constituindo o lugar enquanto categoria de análise.

DE MUCAMBO À COMUNIDADE PESQUEIRA

A história de uma Zeis a partir da compreensão existencial e simbólica do *lugar*

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o compêndio de uma pesquisa maior, à nível de metrado e ainda em andamento, onde estamos buscando uma interpretação possível sobre as transformações, ao longo da história da cidade, do imaginário coletivo urbano sobre uma Zeis do Recife, a Ilha de Deus. Pequena ilha situada em grande reserva de manguezal urbano, já figurou na grande mídia como um dos lugares mais perigosos da cidade, hoje urbanizada a ilha constitui-se como um pujante roteiro de turismo comunitário. Por hora, na primeira sessão deste artigo apresentaremos uma leitura possível sobre a história da Ilha e seus ilhéus, inevitavelmente, relacionada com a da cidade do Recife. A passagem histórica chegará aos dias atuais, onde uma importante organização social do local, a Caranguejo Uçá, mediada por tecnologias de comunicação, vem realizando um interessante trabalho de afirmação e “invenção” de uma identidade pesqueira no lugar.

Para muitos pesquisadores que delineiam seus trabalhos na fronteira entre o Urbanismo e a Antropologia, o lugar é uma importante e necessária categoria de análise à quem se destina desvendar as experiências sensíveis dos cantos e recantos da cidade. Mas afinal, o que queremos dizer com a palavra “lugar”? É na segunda seção do artigo que situamos a partir de um pensamento fenomenológico e existencialista a plasticidade que o conceito e a estrutura do lugar pode adquirir mediante a percepção e o desejo humano. Para em seguida promovermos um diálogo com o olhar antropológico sobre o tema. Quando veremos como esta disciplina vem se debruçando sobre o fenômeno urbano e constituindo o lugar enquanto categoria de análise. Ao fim, refletiremos sobre a retomada de um recíproco interesse acadêmico entre ambas as áreas de conhecimento. Onde, não obstante, arquitetura e antropologia evidenciam uma profunda interseccionalidade - seja por suas práticas de pesquisa ou por epistemologias de conhecimento. De tal maneira que pensar na fronteira entre estes dois campos do saber, inevitavelmente nos conduz à desafiadoras questões acerca das realidades urbanas contemporâneas.

UM OLHAR SOBRE A ILHA DE DEUS

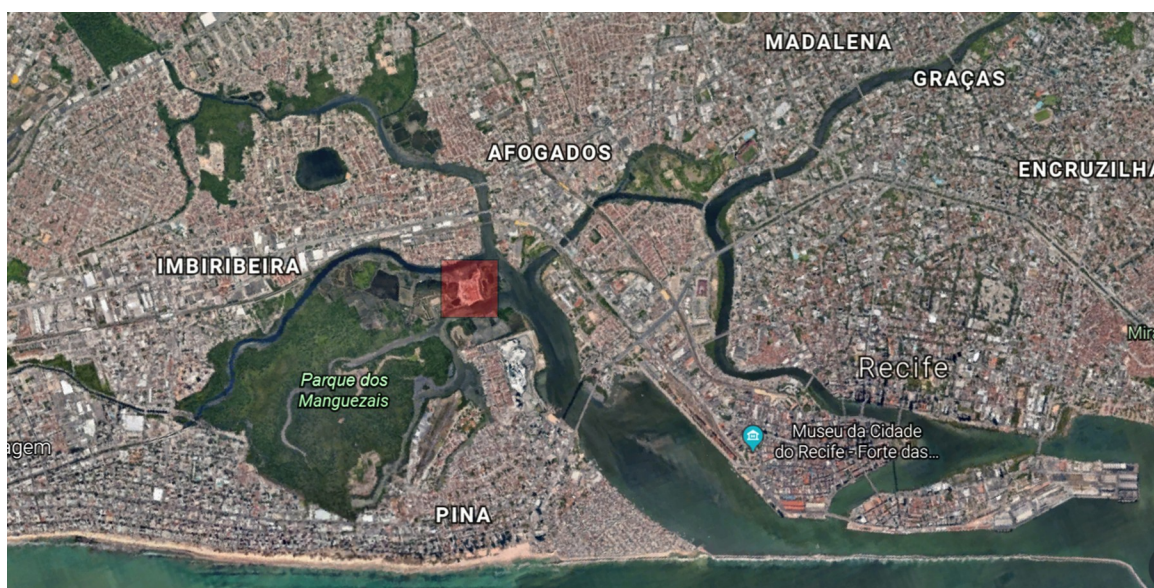
Na zona sul do Recife está localizada a bacia do Pina, um sistema estuarino formado pelos rios Capibaribe, Tejipió, Jordão e Pina, de grande importância ambiental, social e econômica para a população da cidade. Apesar de bastante degradado devido ao intenso processo de adensamento urbano nessa região, há ainda um sobrevivente estuário e resiliente manguezal em área de proteção da Marinha, localizado entre os bairros da Imbiribeira, Pina, Boa Viagem e Afogados – o Parque dos Manguezais. Sabe-se que o estuário é um ambiente de encontro entre as águas dos rios e do mar, a transição entre o doce e o salgado, onde muita matéria orgânica é depositada, arrastada pelo curso das águas fluviais que tornam aquele um ecossistema bastante fértil, buscado por diversas espécies marinhas como refúgio para o seu desenvolvimento. Movidos pela urgente necessidade de preservação daquele ecossistema, em 2004, a Prefeitura da cidade do Recife ratifica área de 215 hectares como Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA), posteriormente conferindo-lhe o atributo de parque, que é um complexo de ilhas onde a ‘Ilha de Deus’ está localizada em seu extremo norte.



Recorte da região centro-sul, onde uma localização aproximada da Zeis está sinalizada em verde. Fonte: Complemento do Guia Informativo do Recife [ano 1956].

Zona Especial de Interesse Social, o histórico de ocupação da ilha nos remete há tempos mais antigos: ainda nos anos de 1950, quando pescadores fixaram pequenas ‘tocas’ de apoio a suas pescarias em um possível areal formado no encontro dos rios daquele estuário. Relatos de moradores antigos dão conta de um paraíso de grande biodiversidade e fartura de pescados, na época ainda pouco conhecido pela população da cidade, predominantemente habitante do centro e zona oeste. À medida que a informação sobre o lugar ia se espalhando, novos ocupantes iam chegando das mais diversas localidades do Recife e interior do estado. Habitações conglomeradas flutuantes (as conhecidas palafitas) iam sendo levantadas sob as marés daquele vasto manguezal e paulatinamente a Ilha ia sendo consolidada. Parte do terreno da Ilha, inclusive, se deve ao cotidiano trabalho de aterramento feito por seus próprios moradores, que iam despejando às margens da ilha os cascalhos, cascas e conchas de mariscos e ostras colhidos na região. A beleza e a fartura daquelas águas aglutinavam pessoas esperançosas, gente humilde que migrou em busca de

oportunidades na grande cidade e acabou encontrando na Ilha a possibilidade de fincar sua moradia e ter um melhor acesso à alimentação.



Recorte da região centro-sul da cidade do Recife, onde a Ilha de Deus está sinalizada em vermelho: Imagem Google Earth [2018]

Por muito tempo sem acesso terrestre, somente fluvial, os ilhéus mantiveram-se bastante isolados da cidade, onde a chegada de serviços urbanos, como abastecimento de água, iluminação, creche e posto de saúde, ocorreriam vagarosamente ao longo dos últimos 30 anos da ocupação. Fato que propiciou a Ilha deter, entre a década de 1991 e 2000, um dos piores índices nos indicadores do Atlas de Desenvolvimento Humano¹ do município (2004). Por muitos anos a única forma de acesso à ilha era através de pequenas embarcações, sendo somente na década de 1980 que uma ponte rudimentar de madeira foi levantada pelos próprios moradores, possibilitando a travessia de pedestres, motos, carros de mão e bicicletas. E somente no ano de 2007 é que foi construída a ponte de concreto que dá acesso a veículos automotivos, garantindo a chegada de mais serviços, como os de saúde móvel e coleta de lixo.

Ainda, entre a década de 1980, a configuração de isolamento e invisibilidade da Ilha em relação à urbe, de acordo com relatos de moradores, tornou-a um lugar estratégico de refúgio e esconderijo de pessoas perseguidas por crimes cometidos. Em um período de grande crescimento nos índices de violência urbana nas cidades brasileiras, onde não obstante, neste mesmo período há uma mudança no enquadramento que a grande mídia vinha realizando sobre as ocupações informais das cidades, as famigeradas favelas. Jornais impressos de grande circulação e rádios de largo alcance, passaram a reservar em suas narrativas sobre a vida cotidiana das cidades uma recursiva associação entre favela, pobreza, violência e criminalidade. No caso do Recife, a Ilha com frequência figurava os noticiários da mídia local quando o tema era tráfico de drogas e mortes. Criando-se no imaginário coletivo da cidade um perdurante estigma sobre o lugar, de ser um dos mais perigosos do Recife – nomeando-lhe a pecha de “Ilha ‘sem’ Deus”.

1 Disponível em << <https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/indicadores.pdf> >>. Acessado em 26 de julho de 2018.



Imagens do acervo da ONG Saber Viver, década de 2000. Disponíveis em seu *website*

As lutas sociais urbanas entre os ilhéus, assim como em outros assentamentos informais do Recife – a exemplo do Coque² (Ferreira, 2011) –, tiveram o seu auge nos anos 1980 com a chegada de movimentos sociais religiosos difundindo valores sociais humanísticos entre as populações pobres. A ONG Saber Viver³ ilustra bem este fato histórico, a organização social mais antiga em atividade na Ilha, fundada em 1983 com o suporte de entidades da Igreja Católica, através do Frei Beda⁴, um padre alemão que realizou importante trabalho de base comunitária. O padre também foi um dos grandes personagens engajados na luta por transformar a imagem da Ilha diante da cidade. Moradores relatam que a década de 1990 foi um período de grande engajamento coletivo em prol da conquista de direitos sociais básicos para a comunidade.

Multiplicaram-se as organizações sociais do local, surgindo articulações de mulheres entorno da creche comunitária, pescadores e pescadoras artesanais, igrejas evangélicas, mulheres artesãs que criaram uma poupança comunitária e, também, o autointitulado “movimento cultural Caranguejo Uçá” (Gurgel, 2010), de jovens envolvidos com diferentes expressões artísticas e com o trabalho de radiodifusão e mídia-ativismo, organização a qual nos deteremos em breve. A culminância desta força coletiva entre os ilhéus ocorreu em meados do ano de 2007, quando a Ilha de Deus recebeu o seu primeiro projeto de ordenamento espacial. Um projeto modelo de desenvolvimento urbano de favelas, e até

2 O bairro do Coque, assentamento popular situado na Ilha Joana Bezerra, região central do Recife. Região pobre, mas de alto valor fundiário, sofre intensa pressão do mercado imobiliário, não obstante, por muito tempo teve a pecha de ser uma das comunidades mais violentas da cidade. Em contrapartida, também é conhecida como uma das comunidades mais politizadas e organizadas na luta popular pelo direito à posse da terra e à moradia.

3 Centro Educacional Popular Saber Viver. Tem ações educativas e profissionalizantes voltadas para os moradores da Ilha de Deus. Disponível em: <<<http://www.centrosaberviver.org.br/>>> Acesso em 13 de julho de 2018.

4 Informações sobre Frei Beda da Ilha de Deus. Disponível em: <<<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2017/08/05/museu-ira-contar-historia-da-comunidade-da-ilha-de-deus-299356.php>>>. Acesso em 13 de julho de 2018.

então bastante inovador (Moraes, 2017), defendido como política pelo então governador de centro-esquerda Eduardo Campos⁵.



Esq.: Ilha de Deus, com últimas habitações em construção, acervo ONG Saber Viver, ano 2011 / Dir.: Imagem capturada com drone da Caranguejo Uçá, ao fundo zona sul da cidade, ano 2015

A metodologia de execução do projeto de urbanização previa um 'Plano de Ação Integrada de Investimentos' para a Zeis com ampla participação popular: desde a concepção do projeto ao seu monitoramento e execução da intervenção. E a Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG encontrou uma comunidade bastante coesa e articulada politicamente através destas diversas organizações. Que uniram-se para acompanhar e participar assiduamente do processo de intervenção, muito em decorrência de um temor coletivo quanto à possibilidade de que ocorressem remoções ou de que as obras estagnassem e a população ficasse sem suas moradias. Este modelo de ordenamento espacial participativo defendido pelo governo juntamente à coesão social e política dos ilhéus, possibilitaram realmente a construção de um tipo de habitacional de interesse social bastante singular, que por si só mereceria uma análise pormenorizada e já realizada por pares do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE (Moreira, 2017; Moraes, 2017).

Atualmente, a Ilha está com pouco mais de dois mil moradores, distribuídos em 366 habitações e ocupando uma área de 3,65 hectares do Parque dos Manguezais. Pouco mais de uma década após a urbanização da ilha, não há um consenso definitivo entre os moradores se a intervenção trouxe de fato mais benefícios que malefícios para a população. Já nas primeiras visitas, vemos as estruturas físicas apresentando sinais de deterioração, quatro unidades residenciais que ainda não foram finalizadas, equipamentos sociais, como a Unidade de Beneficiamento de Pescado que nunca foi construída e a creche comunitária, já existente porém após a intervenção, só concluíram a fundação da edificação. Os moradores

5 Governo Eduardo Campos, do Partido Socialista Brasileiro - PSB, neto e herdeiro político do ex-governador Miguel Arraes. Realizou entre os anos de 2006 à 2014, uma gestão de centro-esquerda no estado de Pernambuco, através de fortes alianças políticas com o governo federal, ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT) trouxe grandes investimentos públicos para o desenvolvimento urbano do estado.

também acusam não haver tratamento de esgoto na ilha, que dejeta tudo nos fluviais, e em alguns pontos já existem encanamentos estourados onde o esgoto volta a correr pelas ruas. Além disso, há uma memória saudosista entre alguns ilhéus mais antigos, de que antes quando a ilha não era urbanizada, o povo era mais unido e o lugar e a natureza ao redor eram mais bonitos.

Formada por diversas casas de mesmo padrão, embora a maioria já inicia pequenas adaptações, ruazinhas estreitas, mas de uma grande precisão onde a vida coletiva parece fluir perfeitamente na ilha. Pequenos negócios vão transformando as casas e as centralidades do lugar – igrejas, mercadinhos, barbearias, depósitos. Caixas de som da rádio comunitária sediada na Caranguejo Uçá, instaladas em postes e espalhadas em vários pontos da ilha, criam uma ambiência sonora que embala o cotidiano da rua. Muitas marisqueiras nas portas de suas casas limpando o pescado e observando suas crianças à brincar na rua, já que a creche segue desativada. Diversos mirantes, pontos de vista para a cidade - onde é possível olhá-la sob outros ângulos, percebendo-a de um outro lugar e assimilando as outras paisagens que também compõem a cidade.

Em tempos recentes vêm ocorrendo um crescente interesse turístico da cidade pela ilha, que atrai semanalmente algumas dezenas de curiosos visitantes em passeios de catamarãs, a fim de conhecer esta ‘simpática comunidade pesqueira urbana’. Parceria entre uma empresa de turismo da cidade e a Ong Saber Viver⁶, juntos promovem ao visitante a possibilidade de ver de perto o trabalho das marisqueiras e pescadores, comprar um artesanato feito no local e saborear uma refeição à base de peixe, camarão, marisco ou sururu, principais gêneros extraídos naquela região da bacia do Pina. Algumas vezes, os visitantes também são recepcionados por apresentações culturais de grupos artísticos da ilha que ensaiam na mesma Organização. Ainda há um albergue social na sede da mesma Ong, que promove intercâmbio entre universitários estrangeiros e jovens da ilha, permitindo a troca da hospedagem por algum serviço prestado à comunidade.

De mucambo esquecido nas décadas de 1940 e 1950, que vivia praticamente isolado nos confins da zona sul do Recife – que se urbanizava por seus setores oeste e norte. Reaparece sob a denominação de ‘favela’ nos anos 1970 a 1980, quando foi tida como um dos lugares mais perigosos da cidade pela mídia local que passou a narrar cenas de violência na ilha. Já nos anos 2000, década também em que a ilha foi urbanizada, passa cada vez mais a ser representada como comunidade pesqueira. Atualmente constituindo-se como um lugar de referência no turismo comunitário do Recife; porta de entrada para o parque dos manguezais a partir de seu extremo norte, a ilha de fato possui grande potencial para a atividade turística. Embora uma atividade ainda discreta, não incidindo de maneira significativa na economia local, mas merece a nossa atenção no sentido de que vemos o fenômeno associado a um processo de reconversão simbólica do lugar na cidade, sem que ocorresse a mudança dos grupos sociais preexistentes dali.

6 Empresa *Catamaran Tours*, em parceria com a ONG Saber Viver, realiza todos os sábados pela manhã um passeio de barco do tipo catamarã, saindo das imediações do bairro do Recife Antigo e navegando até a Ilha de Deus, onde o catamarã atraca e os turistas caminham em uma visita guiada pela ilha. Disponível em: <<<http://www.catamarantours.com.br/passeio-abrir.php?idRoteiro=79>>> Acessado em 03 de julho de 2018.



A. Imagem de reportagem da BBC Brasil [2016]; B. Imagem de reportagem Jornal do Commercio [2016]; C. Imagem do site da ONG Saber Viver

Sendo este processo algo que se constitui como um interessante objeto de análise, ao passo que vemos as fronteiras da gentrificação alargando-se sobre os lugares das cidades. Desta forma, o percurso teórico que assumimos ao longo da pesquisa, parte por um importante retorno ao conceito de *lugar*, a fim de entendermos mais acerca das dimensões abstratas que os ambientes urbanos assumem na vida cotidiana das pessoas. Por agora, buscamos elucidações numa possível fronteira entre a filosofia existencialista e a antropologia simbólica. Onde pretendemos pontuar a plasticidade que o conceito de *lugar* adquire frente a um olhar filosófico, sem perder de vista a dimensão cultural da vida humana, responsável por constituir a percepção individual e coletiva sobre os lugares.

MAS AFINAL, O QUE QUEREMOS DIZER COM A PALAVRA LUGAR?

Tal pergunta fora feita em primeira mão pelo arquiteto norueguês Norberg-schulz (2008), quando deu início ao seu laborioso exercício de relacionar a teoria da arquitetura com a filosofia fenomenológica. Ao seguir caminhos antes percorridos por Heidegger, onde lhe toma emprestado o conceito de *habitar*⁷ - o qual interpreta como significando “estar em paz num lugar protegido” (Nesbitt, p.32, 2008) -, Norberg-schulz se lança em uma análise

7 Heidegger em “Ser e Tempo” (1927) [1997], obra dedicada a uma ontologia da existência humana, mas que de maneira incipiente iniciou considerações sobre o sentido de Habitar – que, para o filósofo, remetia a uma das angústias mais constitutivas da essência humana: “o não sentir-se em casa”, que deveria “ser compreendido, existencial e ontologicamente, como o fenômeno mais originário” (p.254, 1997). Ocupando o seu pensamento, a questão do Habitar seria aprimorada em 1951 com “Construir, habitar, pensar” [2015], aprofundando-se na etimologia da palavra “construir”, encontra antigas conotações e significados ainda mais abrangentes, que, para o teórico, exprimem a riqueza da existência humana. Construir significa originariamente habitar e, o mesmo tempo, significa: proteger e cultivar. Para o teórico (2015), as mudanças semânticas apontam para a perda humana da experiência de que habitar constitui o ser do homem, habitar é o traço fundamental do ser-homem.

fenomenológica do lugar, necessariamente percorrendo o ‘mundo da vida cotidiana’, que para ele deveria ser a verdadeira preocupação, principalmente de planejadores e arquitetos. A filosofia fenomenológica, tal como o autor sugere, é um caminho de “retorno às coisas” (Norberg-Schulz, p. 445, 2008), a consolidação da percepção por parte do pesquisador de que o ambiente cotidiano está repleto de “fenômenos” dos mais diversos, tão concretos (como as árvores, montanhas, edificações, ruas) quanto intangíveis (como os sentimentos e emoções envolto em um ambiente ou manifestação cultural). Tais fenômenos são os “conteúdos” que dão sentido à nossa existência no mundo - embora se inter-relacionem de modo complexo e às vezes contraditório.

Numa linguagem comum, todo fenômeno sinaliza para um fato ou um acontecimento em nossas vidas cotidianas, ao mesmo tempo, todo fenômeno tem um lugar. “Ter lugar” não se prende a um sentido quantitativo e funcional, como simples localizações abstratas em um mapa ou uma planta, pois mesmo representações de funções tão “similares”, como a de comer e dormir, podem ser feitas de inúmeras maneiras, o que requerem diferentes condições ambientais (*idem*, p.445, 2008). A ideia de *lugar* aponta para os sentidos qualitativos que toda estrutura física pode possuir, em outras palavras, onde a experiência cotidiana da vida se encontra com o ambiente físico.

Deste modo, os lugares caracterizam-se pela capacidade de reunir peculiaridades e particularidades; aquilo que o mundo da vida cotidiana de uma dada coletividade ou individualidade é capaz de imprimir em seu ambiente. Logo, detém uma “identidade” - ou como visto em outras leituras: uma “atmosfera” ou um “espírito” (*idem*, p.448, 2008): resultado de um modo de ser e habitar, consolidado ao longo de um *tempo*, modelado e modelador de seu ambiente físico. Neste sentido, tanto as cidades quanto as casas possuem uma multiplicidade de lugares, criados a partir das individualidades e coletividades exercidas cotidianamente. Tão logo, os lugares fazem parte da existência humana, constituem-se em fenômenos qualitativos que não perdem de vista a sua natureza concreta no espaço.

Ao abarcar o pensamento *heideggeriano*, Norberg-Schulz retomou os conceitos de *céu* e *terra*, para entender o *mundo* humano. Ele nos lembra que entre o céu e a terra há o mundo, espaço criado pelo humano para *habitar* a terra. Vemos este mundo revelando-se enquanto espaço *interior* na terra, uma criação humana dentro de um ambiente totalmente natural, que reúne os elementos, as “coisas”, que inscrevem a complexa trajetória humana na terra. Tais espaços interiores têm o caráter de reunir aquilo que é conhecido, útil, necessário, afetivo à humanidade, ao mesmo tempo em que deixa de fora, no espaço *exterior*, as adversidades, o desconhecido, as intempéries e possíveis ameaças da terra e sua natureza. A partir de Heidegger (2015), apreende-se que se há uma essência na humanidade, é, senão, habitar.

Tal leitura filosófica nos guia para compreensões existenciais acerca da *estrutura* e também do *espírito* do lugar. O lugar do humano na terra, seus “assentamentos” (das casas às cidades) e “caminhos”, transforma a natureza em “paisagem cultural”, onde a totalidade desta estrutura construída se expressa tanto através de sua geometria tridimensional quanto do seu campo perceptual, formando o que podemos chamar de “espaço concreto” (Norberg-Schulz, p.449, 2008). Não obstante, o espírito corresponde ao ‘caráter’ ou a ‘atmosfera’ que um lugar é capaz de concentrar. Sendo esta uma característica essencial dos

lugares - sua capacidade de concentração e cercamento, que induz o olhar humano à perceber a existência das dimensões interior e exterior nas estruturas.

Os lugares são literalmente “interiores”, o que significa dizer que “reúnem” o que é conhecido. Para cumprir essa função, os lugares contém aberturas através das quais se ligam com o exterior (a bem dizer, só um interior pode possuir aberturas) (*idem*, p.448, 2008).

Com isto, podemos entender que a estrutura de um lugar abrange tanto o seu ‘espaço concreto’ quanto o seu ‘caráter’. Onde, para o Norberg-schulz, estes dois conceitos - espaço e caráter - são interdependentes e juntos constroem a noção de “espaço vivido” (*idem*, p.449, 2008). Não é por outra razão que o arquiteto Portoghesi (*idem*, p.450, 2008) define o espaço como um “sistema de lugares”. Ainda, se o lugar é capaz de concentrar-se e cercar-se de alguma “coisa” no espaço, ele pode ser percebido a partir de suas *fronteiras*. Heidegger afirma que “a fronteira não é aquilo em que uma coisa termina, mas, como já sabiam os gregos, (...) é aquilo de onde algo começa a se fazer presente” (*apud* Norberg-Schulz, p.450). Esta propriedade da fronteira, de distinguir os lugares, paradoxalmente só pode ser percebida a partir da existência de aberturas, transições para um espaço exterior. A relação ‘interior-exterior’ entre os lugares e *como* se dão suas transições, são para Norberg-schulz importantes pontos de observação sobre as estruturas dos espaços vividos.

Neste momento, vale trazeremos o pensamento de Jacques Derrida. Importante filósofo, reconhecido mais no campo da linguística por seu método de desconstrução⁸ do pensamento, suas provocações sobre a arquitetura enquanto materialização do pensamento ou como pretensa *linguagem*, deixaram profundas marcas nos estudos urbanos. Vale dizer que há influência *heideggeriana* nas ideias de Derrida, que nos traz a metáfora do pensamento como caminho, “abertura de uma trilha que inscreve os seus rastros sem saber exatamente aonde eles vão levar” (Derrida, p.169, 2008),

se toda linguagem sugere uma espacialização, uma certa disposição no espaço que, sem dominá-la, permite que dela nos aproximemos, então devemos compará-la a uma espécie de desbravamento, de abertura de um caminho (*idem*, p.167, 2008)

Se o pensamento é o caminho para se chegar a algum lugar, a linguagem seria a técnica ou o procedimento de controle deste caminho. Não obstante, tal metáfora ao passo que auxilia a compreensão filosófica da linguagem, também traz elucidações aos estudos urbanos. Todo lugar na arquitetura, todo edifício, todo espaço habitado, tem a precondição

8 A teoria da Desconstrução, manifesto teórico que defendia a importância de se colocar em suspensão estruturas enrijecidas do pensamento ocidental – lançou um modo de interpretação da realidade que se colocava como alternativa à lógica de pensamento binária (incapaz de perceber as realidades para além de oposições simplistas, como: homem-mulher; claro-escuro; certo-errado; casa-rua; centro-periferia), até então dominante na construção do conhecimento, e daquilo que se expressa como verdade. Tal teoria impactou principalmente o campo da linguística e análise do discurso, posteriormente viria a influenciar diversos campos de conhecimento, inclusive o arquitetônico. A linguagem ganhou centralidade nos estudos de Derrida, que entendia a sua importância basilar na edificação do pensamento e transmissão do conhecimento em qualquer sociedade. Não obstante, sua obra esteve repleta de metáforas arquiteturais, onde seus interesses de pesquisa sobre os sentidos do *desejo*, *habitar*, *morar* e *lugar*, o conduziram à importantes trabalhos que se tornaram de grande interesse para os estudos urbanos atuais.

de que se localize em um caminho (*idem*, 2008). Ainda, se há uma grande questão na arquitetura, é a do lugar, mais precisamente a do “ter lugar” no espaço. A arquitetura enquanto técnica à serviço do “estabelecimento de um lugar que até então não existia e que é compatível com o que nele terá lugar um dia” (*idem*, p.168). Ao passo que a constituição de um lugar é algo que sempre se supõe procedimentos técnicos, vale lembrar que antes de se inventar qualquer lugar, há o habitante que desejou a existência deste lugar, por consequência, o lugar seria a materialização de um ou mais pensamentos.

Ao mesmo tempo, as estruturas arquitetônicas revelam um caráter de inconstância em seus usos e apropriações, tal qual as estruturas da linguagem. O que lhe conferem um permanente estado de movimento, sempre em transformação, guiando-se por novos pensamentos (ou caminhos). Tal ideia, além de revelar profundas simbioses entre a linguagem e a arquitetura, estas duas técnicas humanas, também as colocam sem escapatórias em um *labirinto* sem começo ou fim.

O interesse *derridiano* pelo “ter lugar” dos acontecimentos e pela dimensão temporal da experiência espacial, situaria a sua obra em uma interessante localização, próximo a uma possivelmente existente filosofia espacial. Mesmo quando o interesse geral de suas investigações destinaram-se em trazer uma crítica à idéia de uma linguagem pretensamente universal e na exposição da violência presente neste projeto de dominação, encontramos profícuas correlações com o estudo urbanístico. Ao pensarmos na arquitetura enquanto linguagem, tal como Derrida sugeriria, entendemos esta impossibilidade *labiríntica* da “escritura” arquitetônica de encontrar a objetivação absoluta ou de determinar a disposição e localização do lugar de todas as coisas.

(...) o fracasso ou a limitação imposta sobre uma linguagem universal (...) [como] um plano de dominação política e linguística nos informa sobre a impossibilidade de controlar a multiplicidade das “línguas”, sobre a impossibilidade da existência de uma tradução universal. Significa também que a construção arquitetônica sempre permanecerá labiríntica. Não se trata de renunciar a um ponto de vista em favor de outro, que seria único e absoluto, mas de encarar a diversidade de pontos de vista (Derrida, 2008, p.170)

Tal impossibilidade existencial de dominação absoluta do espaço, para Derrida, é o que confere ao pensamento arquitetônico uma história. “Se o modernismo se distingue pelo esforço para conseguir um domínio absoluto, o pós-modernismo poderia ser a realização ou a experiência de seu final, o final do projeto de dominação” (*idem*, p.170). Tal compreensão da incompletude e da inconstância das estruturas deveria levar o pensamento arquitetônico a se debruçar não mais sobre o espaço, mas sobre a espacialização do tempo: a arquitetura, na verdade, revelaria a dimensão temporal das experiências espaciais. Sem embargo, estas experiências, para Derrida, nos parece ser onde se localiza o *desejo*. Não se pode ter um *lugar* se não for possível encontrar o lugar, uma forma arquitetônica que tenha alguma semelhança com o que se é desejado. Tão logo, como segue as palavras do filósofo, o lugar precisa ser a morada do desejo.

Ao passo que seguimos por uma reflexão existencialista e pós-estruturalista acerca da ideia de lugar, o pensamento antropológico contemporâneo pode oferecer importantes completudes ao viemos discutindo até então. Bem sabemos que a Antropologia dentro dos estudos urbanos é a ciência social ainda menos abraçada – quando comparada à geografia, sociologia, política, economia e psicologia. Possivelmente por uma falta de compreensão da história desta ciência, que muitas vezes se confunde com o seu método de pesquisa – a etnografia, ou pelo desconhecimento do universo de investigação ao qual este campo se destina. Não obstante, a virada antropológica para a cidade e o urbano também é um fenômeno recente em sua historicidade.

Diferente de outras ciências, cujos recursos tecnológicos de pesquisa são dispositivos altamente sofisticados e estão com frequência se transformando e renovando, a antropologia mantém a sua mesma metodologia originária: a etnografia. Nela, a grande ferramenta tecnológica de pesquisa é o próprio antropólogo. Podendo simplesmente munir-se de seu tradicional diário de campo (lápiz e papel), passa longas jornadas imerso no ambiente onde o objeto de seu estudo se situa, descrevendo o que, com frequência, são as experiências cotidianas que constituem a cultura de uma dada coletividade. Neste sentido, quem necessita estar sempre se renovando é o próprio antropólogo, atualizando-se epistemologicamente para alcançar instrumentos capazes de transformar o seu olhar e compreensão sobre um dado objeto e seu problema de pesquisa.

A antropologia consolidou-se enquanto ciência do mundo ocidental destinada a estudar as condições ‘exóticas’ de existência humana – sob o sentido da alteridade, o contato com a cultura do *outro*, faz com entendamos melhor a nossa própria cultura. Ao passo que a virada para o estudo urbano, logo uma imersão do antropólogo em sua própria cultura, é marcada pela conscientização de que o *outro* também vive ao nosso lado. Contudo, contarmos esta história renderia um outro trabalho, e vale dizer que tal esforço já fora realizado de distintas formas por importantes antropólogos brasileiros (Frúgoli Jr., 2005; Magnani, 2002; Velho, 1973). Ainda assim, relevante trazermos em síntese, a partir de Michel Agier (2009) e Marc Augé (2008), ferramentas da atualidade teórica da disciplina, que oferecem outras maneiras de olharmos para o *lugar* na cidade. Conseguindo constituir um conceito de lugar próprio do pensamento antropológico – que ao mesmo tempo amplia as possibilidades de investigação acerca da experiência sensorial urbana.

Sob o prisma do desafio teórico da complexidade (Morin, 1975), condição inerente às culturas urbanas contemporâneas, que revelam-se multidimensionais. Observa-se os fenômenos urbanos cada vez mais imbricados em uma multiplicidade de escalas e redes, onde as situações da vida cotidiana de cada localidade apontam para condições particulares de adaptação e resistência. Neste sentido, a antropologia compreende que a cidade não se trata de um objeto cuja totalidade possa ser apreendida, rompendo com uma noção “estatística ou administrativa” (Agier, 2009, p. 36), e muitas vezes urbanística, que peca no exagero de entendimentos hegemônicas e normativas sobre a cidade. Ao lançar uma busca pela dimensão relacional e inapreensível na concepção do urbano, tem como interesse em suas análises investigar as práticas e os modos de significação dos cidadãos, que sempre se dão de maneiras circunstanciais. Assim possibilitando vislumbrar a cidade em processo, em permanente movimento. Tal abordagem epistemológica desloca a pergunta direcionadora de suas investigações, de “o que é uma cidade?” – onde o espaço se torna uma categoria a

priori – para: “o que faz cidade?”, quando a pesquisa direciona seu interesse para “as práticas decorrentes das astúcias cidadinas” (*idem*, p. 529).

Agier (2009) nos expôs sua busca por delimitar o que torna a cidade um objeto passível de ser apreendido pelo conhecimento antropológico, e, de maneira pioneira e criativa, recorreu a algumas estratégias metodológicas desenvolvidas por esta ciência ao longo de sua história. O autor deu importante destaque a Escola de Manchester (em especial a Gluckman, M. e Mitchell, J. C.), que introduziu o conceito de ‘Situação’ ao trabalho etnográfico.

De acordo com a abordagem “situacional”, todo o peso da análise deve estar concentrado no contexto da interação entre os diferentes sujeitos da pesquisa, ao contrário das “culturas” em nome das quais se supõe que eles agem. Deste modo o observador se liberta “do constrangimento monográfico habitual à etnografia. Porque não são os limites espaciais que definem a situação, mas os da interação” (p. 73). (Agier, 2009, p. 530).

Um outro importante conceito desenvolvido por esta Escola, foi o de ‘Rede’. Que permitiu uma maior mobilidade do pesquisador à medida que este passa a se apoiar sobre as diferentes situações para *ver e seguir* as práticas e trocas dos agentes da pesquisa, em uma busca assim por um acompanhamento mais alargado e preciso do eixo em torno do qual gravitam as sociabilidades e valores partilhados pelos cidadãos (*idem*, p. 530). Tal enfoque *situacional e reticular*, para Agier (2009), é capaz de trazer ao centro do debate a questão da *fronteira*, aquilo que separa e ao mesmo tempo relaciona os indivíduos. Ainda, evidencia “a importância de se escapar de chaveamentos teóricos detidos em polarizações simplistas e apriorísticas” (*idem*, p. 531, 2009), tais como urbano-rural, casa-rua, centro-periferia. Assim, este conjunto de ferramentas antropológicas “oferece as condições de inteligibilidade para a compreensão dos novos tipos de territorialidade que vêm emergindo de uma modalidade particular de zoneamento, não mais restrito aos limites de uma cidade, mas administrado em escala global” (*idem*, p.531).

Trata-se de uma realidade compartilhada por milhões de pessoas que vivem, de alguma maneira, marginalizadas em suas cidades – pobres urbanos, “vidas excedentes” a serem administradas, subalternos indesejáveis à gestão do desenvolvimento urbano – e “que, à medida em que se veem pressionadas pelas diversas modalidades de zoneamento geopolítico – que buscam cortá-las dos mapas urbanos –, passam a ter suas vidas governadas por um sistema “humanitário”, ao qual resistem cotidianamente” (*idem*, p.532). Tais resistências, ao serem apreendidas pelo olhar atento do pesquisador, tornam possível perceber a existência de outras ‘cidades’ que, ao florescerem de onde menos se espera, parecem uma espécie de espelho invertido da globalização.

São essas ‘resistências’, agora convertidas em apropriações técnicas, éticas e estéticas pelos cidadãos em suas variadas formas e contextos, que ganham relevo e interesse de pesquisa na antropologia da cidade. Valendo-se de uma apreensão situacional e reticular, pode-se analisar vários eventos que tem na cidade o seu teatro. Pois a disciplina percebe nela, palco privilegiado das situações de interação entre indivíduos, grupos, populações, de não apenas notáveis diferenças culturais, mas também políticas e/ou econômicas. Sendo a

questão da 'cultura' não a finalidade da análise antropológica, mas o meio de perceber os processos criativos que dão sentido às criações culturais em seus contextos urbanos.

a importância de observarmos as questões "culturais" a partir de um enfoque situacional, com a finalidade de não reproduzirmos concepções exóticas e essencializadas dos fenômenos observados. Algo que serve não somente para a análise de manifestações "marginais", mas também para o próprio modo como certo imaginário hegemônico (e normativo) sobre a "metrópole" é construído (Agier, p. 148, 2009).

Assim, vemos o lugar antropológico começando a ganhar forma. Não obstante, Marc Augé (2008), outro antropólogo francês dedicado ao fenômeno urbano, percebia como a 'cultura urbana' vem se caracterizando pela elástica transformação das relações humanas com o espaço, o tempo e os *outros* humanos. O excesso de informação e também de espaços onde se ir na cidade, juntamente com a velocidade da comunicação e dos transportes e ainda a crescente individualização do sujeito cidadão, trouxeram à tona a problemática dicotomia urbana do 'lugar' e 'não lugar'. A complexa dinâmica urbana impôs ao antropólogo a necessidade de maior atenção à temporalidade dos lugares: suas possíveis fixações e fugacidades no espaço e na palavra de uma dada cultura. Onde o lugar antropológico é "necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima" (Augé, 2008, p.53). Assim, se distingue pela "possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza" (idem, p.75).

Nascer é nascer num lugar, ser designado à residência. Nesse sentido, o lugar de nascimento é constitutivo da identidade individual [...] o que equivale a dizer que, num mesmo lugar podem coexistir elementos distintos e singulares, sem dúvida, mas sobre os quais não se proíbe pensar nem as relações, nem a identidade partilhada que lhes confere a ocupação do lugar comum (Augé, 2008, p.53).

Já o *não lugar* é diametralmente oposto a ideia de lugar antropológico, foge completamente à ideia do espaço personalizado, como as nossas residências, vilas, oficinas, escritórios, museus. Remete aos espaços construídos na cidade para que os humanos consigam fazer cada vez mais coisas em menos tempo. Onde as relações que se dão nestes espaços de circulação, não apontam para sociabilidades e interações, mas sim para experiências de solidão em comunhão. Os não lugares são caracterizados pela efemeridade das relações sociais que lá ocorrem, pela não fixação e tampouco identificação dos sujeitos que o frequentam. Assim, não lugares são tanto "as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais" (idem, p.36)

Todavia, há uma presente multidimensionalidade nesta dicotomia (lugar - não lugar). Porque o não lugar é definido não como um espaço empiricamente identificável (elevador, aeroporto, supermercado, etc.), mas sim a partir do espaço que se cria na percepção de quem o toma enquanto objeto (Augé, 2008). Cada indivíduo é capaz atribuir ao mesmo espaço distintas experiências e significações. Logo, "podemos admitir que o não lugar de uns

(por exemplo, os passageiros em trânsito num aeroporto) seja o lugar de outros (os que trabalham neste aeroporto)” (*idem*, p. 116).

na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade do não lugar nunca está ausente de qualquer lugar que seja. A volta ao lugar é o recurso de quem frequenta os não lugares. Lugares e não lugares se opõem (ou se atraem), como as palavras e as noções que permitem descrevê-las. (AUGÉ, 2008, p.98).

HABITAR O LUGAR, INVENTAR O LUGAR

"A gente tá aqui há muito tempo e nossa discussão é urbanizar isso da forma que a gente quer viver, porque a cidade é urbana, mas é pesqueira e é mangue" (fala de morador da Ilha em evento da Caranguejo Uçá)



Imagem capturada da ponte que dá acesso à Ilha de Deus. Fotografias de um dos membros da Caranguejo Uçá [Ano 2018]

A partir do referencial teórico aqui levantado, podemos interpretar que o conceito de lugar pode se aproximar à ideia de um espaço habitado, onde as percepções individual e coletiva são fundamentais à atribuição de valores e significados sobre ele. Logo, o lugar existe em função dos indivíduos que o conhecem ou o habitam. Não obstante, habitar o lugar é atribuir-lhe sentidos, símbolos, interpretações, assim, habitar o lugar é também poder inventá-lo. Por esta razão que olhamos para a atualidade da Ilha de Deus a partir da Caranguejo Uçá e suas práticas, refletindo sobre como esta organização vem transformando a imagem da Ilha diante da cidade. Não obstante, estas práticas cotidianas já iniciam mudanças no curso da história desta pequena Zeis.

A Caranguejo Uçá é uma organização surgido na ilha em meados de 2002, através de jovens residentes da Zeis envolvidos em atividades artísticas, como teatro, dança e música (Gurgel, 2010). O grupo percebia o forte preconceito que existia na cidade em relação ao lugar e o quanto isto vinha afetando a vida da comunidade. Cansados de como a grande mídia representava a comunidade, criaram a rádio poste “Boca da Ilha”, que funciona até os dias de hoje com muita música e programas realizados por locais. Ampliaram as atividades teatrais com crianças da comunidade, através do projeto “TRILHA – Teatro de Rua da Ilha”, cujas peças se relacionam a questão da educação ambiental e pesca artesanal. Promovem um cineclube, o “CineMucambo”, onde exibem filmes que costumemente problematizam o contexto social e urbano experienciado na ilha.

Recentemente, começaram a realizar um programa de televisão, chamado “Jornal da Maré”, gravado na própria sede da instituição e veiculado na TV pública universitária de Pernambuco. Também queriam que a cidade visitasse o lugar e o conhecesse de fato, começaram a organizar um evento anual intitulado Brechó Cultural, que reúne apresentações artísticas, feira de gastronomia e artesanato, rodas de diálogo e espaço de formação, atraindo centenas de visitantes à ilha ao longo de um dia inteiro. Neste sentido que vemos na organização um híbrido de lutas sociais por justiça ambiental, direito à cidade e à comunicação – evidenciando a complexidade sociogeográfica e cultural na qual os ilhéus estão imersos.



Instalação de caixas de som para a rádio poste em novos pontos da ilha (Caranguejo Uçá, 2018).

Para os membros da organização, seus trabalhos são voltados à questão da educação socioambiental e na melhoria da qualidade de vida dos moradores da ilha, principalmente das mulheres, crianças e jovens. Mas porque o trabalho com mídias? Não obstante, percebem as tecnologias de comunicação como ferramentas, meios para se conseguir benefícios para o lugar – e, com isso, realizam trabalhos com rádio, televisão, design, cinema e internet. Próximo de completar duas décadas de existência, o ‘movimento’, como alguns membros o chamam, não apenas acumula conteúdos áudio e visuais, mas também grande experiência sobre a Ilha, o manguezal, os rios e os trabalhadores das águas recifenses, oferecendo um interessante ponto de vista sobre a cidade – um olhar do mangue para o urbano. Paulatinamente, o grupo vem se tornando uma referência enquanto expressão de ativismo urbano do Recife, ao mesmo tempo, elevando o nome da Ilha de Deus



enquanto comunidade pesqueira urbana politizada e engajada na luta por visibilidade e direitos dos pescadores e pescadoras da cidade.



Esq.: Filmagem da primeira temporada do “Jornal da Maré” / Dir.: Capa dvd do documentário “Ilha de Deus - território em transformação”. Imagens disponíveis nas redes sociais da Caranguejo Uçá

Ao passo que foi possível observar mais de perto o trabalho da organização, também pudemos perceber a contundente complexidade de redes e escalas que envolvem as suas práticas. Ao mesmo tempo em que a Caranguejo Uçá defende, à nível metropolitano, a pesca artesanal enquanto expressão tradicional da cultura recifense, também disputa internamente, ao nível local, a cotidiana construção desta identidade pesqueira na própria comunidade – onde suas atividades com radiodifusão exercem um importante trabalho de coesão social interna na ilha. Ao mesmo tempo, rompem com antigas lideranças locais e suas estruturas clientelistas de acesso ao poder, construindo redes de solidariedade com outras organizações sociais da cidade e comunidades pesqueiras do Recife.



Arte diagramada por membros da Caranguejo Uçá. No cartaz é possível ver os nomes de tantas outras Zeis cujos membros se identificam enquanto comunidade pesqueira.

Percebem a importância da regularização de um território pesqueiro na cidade, para frear o avanço especulativo sobre as margens dos rios recifenses e também a sua degradação ambiental. Movimento político em curso na cidade, do qual são principais protagonistas. Para eles, a existência de tal território ameaça interesses econômicos de gente poderosa, se tornando imprescindível a necessidade de fortalecer redes nacionais e internacionais de cooperação cada vez maiores. Ainda, o atual cenário político e econômico nacional acena para uma redução significativa de apoio e financiamento à organizações não-governamentais, demandando ao grupo novas estratégias para a captação de recursos internacionais, caso contrário, sob o forte risco de não haver possibilidades de continuação de seus trabalhos.



Esq.: Anfiteatro da Caranguejo Uçá (Ilha de Deus), exibição de cineclube, agosto 2018. Dir.: Registro de dinâmica de grupo em encontro da Ong com outras organizações da cidade, 2018

Assim, nesta pesquisa de mestrado em andamento, onde passamos a acompanhar a trajetória da Zeis e atividades empenhadas por suas organizações locais, percebemos com destaque o trabalho deste grupo, cujas práticas dão evidência a maneiras complexas de produção do espaço. Produção esta que opera na dimensão simbólica do lugar, na constituição de sentidos, símbolos, imagens, narrativas. Onde a organização se mostra enquanto agente fortemente atuante dentro do processo de reconversão simbólica da Ilha de Deus diante da cidade. Suas práticas imprimem, a partir do compartilhamento de fotografias, imagens e sons, uma forma de perceber e de inventar o lugar da Ilha, do mangue e dos pescadores na cidade. Onde defendem com virtuosismo a figura do pescador enquanto componente histórico da paisagem recifense, embora sempre invisibilizado.

Podemos perceber em suas narrativas um certo desejo *derridiano* pelo lugar, onde a transformação do espaço habitado se inicia pela partilha da linguagem: da comunicação. Ainda, a percepção coletiva da Caranguejo sobre a ilha, aqui apreendida enquanto narrativas compartilhadas em suas plataformas de mídia, sugere uma “reinvenção” do lugar – que ganha sentidos identitários de comunidade pesqueira, se entrelaçando a ideários progressistas, de lutas pelo feminismo, antirracismo, direito à cidade e comunicação livre. Ao mesmo tempo, este estilo de vida urbano defendido já emerge de maneira bastante

ameaçada por todo o contexto de desenvolvimento da cidade ao seu redor – onde a poluição ambiental, precariedade do trabalho da pesca artesanal e aumento do emprego informal e das desigualdades urbanas, são apenas algumas das questões. Neste sentido, vemos as práticas criativas de invenção do lugar se configurando enquanto atos de “resistência” (tal como Agier sugeriria) contra um imaginário urbano hegemônico, que reduzia de sentidos e significados as formas e condições de se viver nas periferias. Onde a Ilha de Deus, mediada por suas organizações, vem se constituindo como um interessante laboratório de investigação sobre as disputas de sentidos dos lugares da cidade.



Ensaio fotográfico em técnica *pinhole* por Brigitte Schuster, fotógrafa estrangeira que visitou a ilha, ano 2005

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PENSAR NA FRONTEIRA

Ao menos desde os anos 1960 vêm ocorrendo o fenômeno no mundo da arquitetura de recuperar o significado antropológico da disciplina (Montaner, 2007). O relativismo cultural, a alteridade e o entendimento de que a cultura ocidental não é o centro do mundo e nem superior às demais, presentes na essência do ofício do antropólogo, marcam entre os urbanistas uma tendência de retorno ao humanismo e o interesse pelo indivíduo comum. Onde os projetos, com suas soluções, buscam alternativas aos racionalistas padrões e critérios vigentes, atraídos por experimentações adequadas a cada contexto social - onde o arquiteto necessita entender a relação orgânica do humano com o seu meio.

uma nova sensibilidade nascente nos anos sessenta e setenta: a que não renuncia aos avanços da ciência e da tecnologia, e considera vital a adaptação e versatilidade destas para superar todos seus próprios aspectos negativos, depredadores, homogeneizadores, contaminantes e desumanizadores. A tecnologia deve adotar uma face humana. (Montaner, 2007, p.129)

Esta nova aliança entre design e cultura local, que nos fala o arquiteto pesquisador Montaner (2007). De uma outra maneira, também seria tratada pelo antropólogo francês Laplantine (2008), que bem nos lembra a relação entre estas duas disciplinas, que parecem compartilhar de mesmos interesses teóricos e metodológicos. À começar pela observação, ambas são atividades visuais e é a percepção que provoca a escrita. “Todo olhar é, potencialmente, um leiaute” (Laplantine, 2008, p.19). E o fato de a escrita arquitetônica não se dar por palavras, mas por desenhos tridimensionais não invalida a comparação. Ainda, as duas disciplinas não se limitam ao campo perceptivo - elas enfrentam a desafiadora questão de lidar com a totalidade dos sentidos presentes em um sítio (para o arquiteto) ou um campo (para o antropólogo), sabendo que o máximo que vão oferecer é um *ponto de vista* (idem, 2008) - onde a polissemia do termo também é problematizada por ambas.

Seja na arquitetura ou na antropologia, a vida cotidiana das sociedades deve ser apreendida a partir de sua totalidade, dando conta de sua complexidade e multiplicidade de dimensões. Tal forma de apreender a realidade humana, coloca estas disciplinas no lugar de resistência contra a fragmentação do indivíduo - em consumidor, produtor, trabalhador, etc.. Não podem ser específicas, devem prestar atenção às práticas de alimentação, trabalho, higiene, etc., ainda que as relações entre o todo e as partes variem em cada cultura (idem, 2008, p.20). Ao mesmo tempo, são micrologias, abordagens microscópicas atentas aos detalhes que constituem de maneira complexa a vida cotidiana de indivíduos e sociedades.

Ambas lidam com o laborioso e inventivo ato de construir. Através do trabalho etnográfico, a antropologia percebe uma realidade social e a descreve em um texto; fundamentada em referências de trabalhos anteriores, a partir da individualidade e criatividade do observador e das particularidades e circunstâncias que o objeto investigado impõe. Descrever, escrever e construir fazem acontecer o que antes não existia, e revelam-se enquanto escolhas simultaneamente epistemológica, estética, política e ética. Mais uma vez, o fazer antropológico e o fazer arquitetônico revelam suas similitudes. Por fim, a prática disciplinar de ambas também pode ser potencializada a partir do ato de restituir e habitar. Laplantine (2008) nos lembrará da importância da restituição da cultura aos atores sociais com quem as pesquisas são conduzidas.

Penso que se pode aplicar à arquitetura o que Jean Renoir dizia do cinema: “o espectador é aquele que termina o filme”. Um imóvel, um edifício e uma casa nunca estão, propriamente falando, concluídos. Têm um futuro não conhecido pelo arquiteto, já que este depende do que farão os que o habitam. Têm igualmente uma morte. Assim como não há uma única leitura de um imóvel construído e, na literatura, o leitor pode se transformar em autor, aquele que habita um apartamento o transforma. São essas as relações que se dão entre o hábitat e o habitado, e que remetem à questão do sujeito, formulada desde a pesquisa (antropológica e arquitetônica), que deve se efetuar não sobre os outros, e sim com eles (Laplantine, 2008, p.22)

Tais práticas de pesquisa possibilitam explorar os microcosmos da cidade, seus cantos e recantos, apreendendo-os com e a partir de seus viventes. Do ato de restituir e

habitar o lugar, ocorre ao pesquisador um transbordamento de fenômenos significantes que o evidenciam uma experiência sensorial característica do lugar investigado. Olfato, paladar, visão, audição e tato são simultaneamente inundados de sensações, e a percepção ética, estética e técnica de quem conduz tal pesquisa pode construir um importante e sensível ponto de vista sobre o lugar. Ao mesmo tempo, como este artigo sugere desde o começo, tal ponto de vista não mais seria do que uma, dentre tantas possíveis formas de abordar e dimensionar a realidade urbana. Como conclui Laplantine (2008): “uma cidade pode ser filmada, relatada, cantada e dançada. A construção do urbano pode ser arquitetônica e textual. Mas também coreográfica, cinematográfica ou cenográfica”.

Assim, primando por uma abordagem sensorial acerca do lugar investigado que esta pesquisa de mestrado vem se delineando. Onde o ponto de vista de moradores da Zeis, foi incorporado ao trabalho, sob uma perspectiva crítica, e que possibilitou entendimentos valiosos acerca das transformações históricas, espaciais, sociais e culturais ocorridas neste mesmo sítio geográfico. A categoria *lugar* quando explorada a fundo, possibilita um olhar atento às distintas dimensões que um mesmo ambiente pode possuir. No caso, a urbanização de uma favela não estará completa sem que os sentidos de ser morador de uma favela não tenha sido superado. O que vimos com a história da Ilha de Deus e seus agentes políticos atuais, é a grande necessidade de restituir o lugar de sentidos. Sendo esta uma trajetória improvável, mas possível. A Ilha dotada do sentido de identidade pesqueira, vem conquistando visibilidades e mudando a percepção da cidade diante de sua imagem.

Por fim, esperamos ter reunido aqui alguns argumentos para que os leitores, quer sejam arquitetos ou cientistas sociais, possam tirar suas próprias reflexões sobre as possibilidades de observação e avaliação dos lugares. Ao passo que tomar em conta uma comunidade urbana, a partir das experiências sensoriais de seus habitantes, requer grande astúcia e plasticidade do pesquisador na condução de seu trabalho. Onde a investigação de objetos multidimensionais como os lugares urbanos, acreditamos, demandam por abordagens teórico e metodológicas constituídas na multi e interdisciplinaridade, caminho que ainda estamos percorrendo.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: Lugares, Situações, Movimentos**. Editora Terceiro Nome, São Paulo, 2011.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Ed. Papirus, 2008.

DERRIDA, Jacques. **A arquitetura onde o desejo pode morar**. In: NESBITT, Kate. Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 - 1995). Editora Cosac Naify, 2ª edição, São Paulo, 2008.

DUARTE, Cristiane; VILLANOVA, Roselyne. **Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia.** Editora FAPERJ, Rio de Janeiro, 2013.

FRÚGOLI JR., Heitor. **O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia.** Revista Antropologia, vol. 48 n. 1, São Paulo, 2005.

GURGEL, Wellington. **A Ilha de Deus e os caranguejos que falam.** 1a edição, Olinda: LIVRO RÁPIDO, Olinda, 2010.

LAPLANTINE, François. **Arquitetura e Antropologia.** In: DUARTE, C.; VILLANOVA, R. **Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia.** FAPERJ, Rio de Janeiro, 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Construir habitar pensar.** Editora laOficina, Espanha, 2015.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 1997.

MAGNANI, José G. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** RBCS, vol. 17. S.P., 2002.

MONTANER, Josep M. **Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX.** Editora Gustavo Gili, 2a edição, Barcelona, 2007.

MORAES, Felipe M.. **A qualidade da participação popular no desenvolvimento urbano da Zeis Ilha de Deus.** Dissertação PPGDU/UFPE, 2017.

MOREIRA, Clara; SOUZA, Ângela. **Ilha de Deus no Recife – Brasil: Um caso emblemático do direito à moradia conquistado em área de risco legalmente preservada.** Disponível em: <<<http://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/09/MOREIRA-SOUZA-ILHA-DE-DEUS.pdf>>> Acessado em 03 de julho de 2018.

MORIN, Edgar. **O Paradigma Perdido: a natureza humana.** Biblioteca Universitária, São Paulo, 1975.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 - 1995).** Editora Cosac Naify, 2a edição, São Paulo, 2008.

NORBERG-SCHULTZ, Christian. **O fenômeno do lugar.** In: NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 - 1995).** Editora Cosac Naify, 2a edição, São Paulo, 2008. p. 443-461.

VALE NETO, João. **Coque: morada da morte?** Práticas discursivas em torno de um bairro do Recife. Dissertação PPGCOM/UFPE, 2010.

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social.** Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1973.